

Sarney acusa novos Partidos de estarem voltados para o passado

Brasília — Os manifestos dos Partidos políticos já lançados estão exageradamente voltados para o passado, parecem ignorar que existe um processo de abertura política e revelam, sobretudo, falta de confiança no futuro democrático, para o qual todos devem contribuir, segundo declarou ontem, o presidente da antiga Arena, Senador José Sarney.

O político governista, depois de se encontrar, na manhã de ontem, com o Ministro da Justiça, Sr Petrónio Portella, anunciou que na próxima quarta ou quinta-feira deverá se reunir em Brasília a comissão incumbida de preparar o programa, estatutos e o manifesto de constituição do Partido Democrático, cujos anteprojetos estarão definidos até o final do mês, para serem, então, submetidos às lideranças estaduais do Partido.

Confiança

Ao observar que houve açodamento da parte dos líderes políticos em lançar os documentos constitutivos dos três Partidos já conhecidos — o PMDB, o PTB do Sr Leonel Brizola e o PP do Sr Tancredo Neves — o Senador José Sarney disse que um programa partidário é matéria para ser pacientemente examinada, a fim de que não se percam de vista os problemas do presente e, especialmente, do futuro, que dão permanência e justificam uma carta de princípios.

— Qualquer análise dos programas lançados mostrará que os Partidos lançados têm uma excessiva preocupação com o passado, ignorando deliberadamente os passos evolutivos que já demos em direção à democracia. Isso revela falta de confiança no futuro político da nação, que terá de ser construído à base da confiança e da contribuição de todos nós — disse.

Acrescentou que o PMDB continua envolvido pelas mesmas preocupações do antigo MDB, essencialmente políticas, ignorando a revogação dos atos de exceção e todas as conquistas que o país conheceu. Não se deve inscrever num programa partidário a defesa de eleições diretas, mas do regime representativo. Aquelas devem ser incorporadas a um plano de ação do Partido e não ao programa.

O ex-presidente da extinta Arena confirmou que a primeira assinatura de filiação do PD será a do Presidente Figueiredo que, possivelmente no mês de fevereiro, encabeçará a relação dos fundadores nacionais do novo Partido governista (pelo menos 101, de acordo com a lei) e que estarão subscrevendo o manifesto de seu lançamento.

Comissão

A comissão encarregada de preparar esboços do manifesto, dos estatutos e do programa — integrada por cerca de 60 membros, sendo que pelo menos dois parlamentares por Estado — deverá se reunir quarta ou quinta-feira para iniciar a definição daqueles documentos.

Segundo o Sr José Sarney, dessa reunião sairão as diretrizes para a elaboração daqueles documentos, assim como do nome do novo Partido. Disse que já se acham em mãos dos dirigentes e líderes governistas um grande volume de subsídios que serão aproveitados pela referida

comissão, a quem caberá decidir a respeito da questão.

O Senador José Sarney e o Ministro da Justiça discutiram essas providências, sempre com a preocupação, como sublinhou o dirigente partidário, de que "os documentos representem, de fato, não só o pensamento de todos nós, mas possam ainda definir a nossa ação política e doutrinária para os próximos anos".

— Nossa idéia fundamental é a de construir um grande Partido, com estruturas modernas e cujo objetivo seja o de cumprir a função de Partido na democracia dos nossos dias, ou seja, a de ser o canal competente pelo qual todas as aspirações são filtradas e transformadas em decisões do Governo — afirmou o Sr José Sarney.

Revelou que as consultas incluirão o Presidente Figueiredo, que tem papel saliente na organização do novo Partido do Governo, informando-se de todos os detalhes relacionados com sua estruturação legal. Disse que serão restabelecidas as audiências do Presidente com as lideranças políticas do Governo no Congresso, de duas em duas semanas. O Sr José Sarney espera que essas audiências sejam restabelecidas em breve.

Reforma Ministerial

O Senador maranhense acha ainda que o Presidente Figueiredo não assumiu compromisso com reforma ministerial ou ampliação das eleições diretas quando considerou como "essencial a participação consciente de todos os brasileiros" para vencer a crise econômica; em sua mensagem de fim de ano.

Admite que amplos setores políticos vem reclamando a reforma ministerial e o restabelecimento das relações diretas, inclusive alguns de seus correligionários, como o Senador alagoano Luís Cavalcante, como condição para uma real participação do país. Disse que o apelo do Presidente "teve um sentido mais amplo".

Sobre reforma ministerial, o Sr José Sarney lembrou que, de acordo com a Constituição, manter ou não o gabinete ministerial é competência exclusiva do Presidente da República. Logo, concluiu, trata-se de assunto que foge à sua área. Observou que a participação não se faz sentir apenas através da ocupação de cargos executivos, lembrando que, na área parlamentar todos podem dar valiosas contribuições, assim como qualquer cidadão brasileiro consciente.

— A democracia — afirmou — é um regime onde as decisões incluem a contribuição de todos e as palavras do Presidente constituem atestado de continuidade do diálogo, da política de mão estendida, do esquecimento e da necessidade de um esforço comum para que superemos todos os obstáculos do momento.

Quando alguém lembrou que a eleição direta costuma ser apontada como condição de participação, disse:

— A democracia representativa exige é que seus representantes sejam legítimos e eu pessoalmente sou favorável às eleições diretas e tenho repetido isso. Em um país subdesenvolvido, com estruturas econômicas e sociais frágeis, as eleições diretas para escolha dos governadores podem ser menos manipuladas do que as indiretas.

O Senador José Sarney acha que o programa do novo Partido do Governo

deverá defender as eleições diretas ainda que exclua as do Presidente da República. Acha natural que assim venha a acontecer, lembrando que o programa da antiga Arena já proclama a defesa do pleito direto na escolha dos governadores.

Medidas

Entre as medidas políticas a serem anunciadas pelo Governo, este ano, se inclui a redução do número de Municípios que são considerados do interesse da Segurança Nacional, segundo prometeu o Sr José Sarney, em sua entrevista à imprensa, ontem. Ele não sabe, todavia, se a redução poderá ocorrer no primeiro semestre e quando seriam eleitos os novos prefeitos, uma vez que o Governo cogita de adiar o pleito municipal previsto para este ano.

Disse que o Presidente João Figueiredo aprovou uma sugestão da antiga Executiva Nacional da Arena, em favor da redução do número de Municípios enquadrados em área de interesse da Segurança Nacional, a partir de uma indicação feita, naquele sentido, pelo Senador Jarbas Passarinho, no primeiro semestre do ano passado.

Uma vez que o Presidente da República já aprovou aquela redução, ela está sendo estudada a nível de Governo, devendo ser anunciada no decorrer deste ano, de acordo com o Sr José Sarney.

Presidente será 1º signatário

O Presidente da República, General João Figueiredo, deverá ser o primeiro signatário do Diretório Nacional Provisório que solicitará à Justiça Eleitoral a fundação do Partido Democrático, sucedâneo da Arena. Os outros cem nomes incluirão algumas figuras de destaque da administração, além dos atuais dirigentes da Arena.

Segundo informou ontem o Deputado Prisco Viana (BA), que era o secretário-geral da Arena, da comissão que se incumbirá de preparar os documentos básicos do novo Partido — manifesto, programa e estatutos — farão parte algumas pessoas indicadas diretamente pelo General Figueiredo.

Arena liquida seu patrimônio

O presidente da extinta Arena, Senador José Sarney (MA), dirigiu telegrama circular aos presidentes dos Diretórios Regionais daquele Partido atribuindo-lhes delegação para fazerem a liquidação e destinação do patrimônio respectivo, em vista da recente lei da reforma partidária.

Foram excluídos desta delegação dois presidentes de Diretórios, os Srs Afonso Camargo, do Paraná e Claudio Lembo, de São Paulo, por terem aderido a outro Partido, no caso o Partido Popular do Sr Tancredo Neves. Nos dois Estados, o próprio Senador Sarney se incumbirá da liquidação.

Nos termos dos estatutos da extinta Arena, o patrimônio poderá ser doado a uma entidade congênere, em caso de extinção. Segundo assinalava ontem o Deputado Prisco Viana, que era o secretário-geral da Arena, é provável que o patrimônio do Partido seja transferido ao seu sucedâneo.